



BANCARINHO

Edição

835

31/05/2017 - ANO: XIII



CONTRAFUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Adiantamento do 13º é conquista da categoria

Os bancos têm até hoje 31/5 para fazer o pagamento aos funcionários do adiantamento do 13º salário, oficialmente chamado de Gratificação de Natal.

Embora poucos saibam, mas isso é uma conquista da categoria bancária e consta na cláusula 4ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), e precisa ser respeitada pelas empresas. O valor corresponde à metade do salário recebido no mês anterior.

Têm direito ao adiantamento os bancários admitidos até 31 de dezembro de 2016 e que não tenham recebido a parcela durante o gozo das férias.

Já os empregados afastados por doença ou acidente de trabalho que estejam recebendo a complementação salarial prevista na cláusula 29ª da CCT também têm direito ao adiantamento, correspondente à metade da complementação devida.

O prazo de pagamento da antecipação do 13º no final de maio é conquista da categoria, já que pela norma geral, prevista na Lei 4.749, os empregadores têm até novembro para acertar o adiantamento. O complemento a ser pago para a categoria segue a norma geral, que determina o acerto até 20 de dezembro, "compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido".

Poucos funcionários pode gerar o caos no BB

Difícil não sentir os reflexos do desmonte promovido no Banco do Brasil. Com o número reduzido de funcionários, consequência do programa de aposentadoria incentivada, é comum encontrar agências superlotadas.

É caos anunciado, agências com poucos funcionários e em algumas unidades a média é de 4 a 5 funcionários. Em um posto

avanzado da base do Sindicato foi presenciado um funcionário fazendo os trabalhos e a direção do banco não tem pretensão em ampliar o quadro.

A intenção do governo é justamente essa. Tumultuar para desgastar a imagem do BB perante a sociedade e, desta forma, facilitar a venda. O banco é um dos mais lucrativos do país e responsável por políticas sociais fundamentais para o crescimento nacional.

Adiada votação da reforma trabalhista

Os brasileiros ganham mais tempo para pressionar contra a reforma trabalhista. Os senadores chegaram a um consenso e adiaram a votação do relatório do projeto na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). A previsão é de que a proposta seja apreciada na terça-feira dia 6/6. O governo corre para garantir que a reforma trabalhista seja aprovada e sancionada antes de uma possível queda de Michel Temer (PMDB).

A pressão do grande capital é intensa. Para acelerar a tramitação da proposta e evitar que retorne para a Câmara Federal, o relator do projeto, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), rejeitou todas as emendas ao relatório. Dessa forma, estão mantidos todos os termos aprovados pelos deputados. A reforma trabalhista causa sérios prejuízos aos trabalhadores. Amplia a jornada de trabalho para até 12 horas diárias, reduz o tempo de descanso para 30 minutos, acaba com o seguro-desemprego e impõe o negociado sobre o legislado.

Nova greve geral é convocada para final de junho

Durante reunião das centrais sindicais realizada no dia 29 de maio, foi decidido a realização de uma nova greve geral, contra as reformas e o governo Temer, no final de junho, em data a ser definida, mas que ficará entre os dias 26 e 30. Embora alguns defendam 48 horas, o mais provável é que seja escolhido apenas um dia.

A decisão será no dia 5/6, quando os dirigentes voltarão a se reunir e prometem movimento mais amplo que o registrado em 28 de abril.

Além da nova greve, os sindicalistas mantêm as manifestações nas bases eleitorais de deputados e senadores. Algumas centrais deverão fazer ato diante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) antes do julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer.

Bancos privados apoiam Reforma da Previdência

Os grandes bancos privados como Itaú, Bradesco e Santander, em notas públicas ou por meio de declarações dos seus executivos, posicionaram-se favoravelmente à reforma da Previdência (PEC 287) pretendida por Temer, que na prática enterra a aposentadoria pública no país. As justificativas "oficiais" vão desde a retomada do "crescimento econômico sustentável" até a "solução dos nossos problemas sociais".

Entretanto, o que os banqueiros não assumem é um interesse bem particular das instituições que comandam o crescimento da contratação de planos de previdência privada.

Em maio, houve aumento de 8,7% nos investimentos em previdência privada, conforme divulgou a Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida).